



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
PALÁCIO EDIR LOPES DE FARIAS
PLENÁRIO EDUARDO VALVERDE

COMISSÃO PERMANENTE DE ORÇAMENTO E FINANÇAS

PARECER E VOTO DA COMISSÃO Nº 064/2024.

AO PROJETO DE LEI Nº 1.440/2024 “AUTORIZA O PODER EXECUTIVO ABRIR NO ORÇAMENTO VIGENTE CRÉDITO ADICIONAL SUPLEMENTAR PROVENIENTE DE EXCESSO E ARRECADAÇÃO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS”.

I – Introdução

A matéria trata da análise ao Projeto de Lei do Executivo nº 1.440/2024, que foi devidamente protocolado na Diretoria Geral da Câmara Municipal, após admissibilidade da Presidência foi encaminhada para ser lida em sessão plenária atendendo o disposto nos termos do artigo 99 do Regimento Interno.

Após leitura, e seguindo as regras regimentais pertinentes ao processo legislativo, a matéria foi remetida a essa Comissão para análise e emissão de parecer.

II – Análise

Em análise a matéria, vimos que a mesma abre crédito adicional suplementar, por excesso de arrecadação, com o objetivo de aplicar os recursos destinados para o fim específico de melhorias na iluminação pública do município.

As alterações orçamentárias são necessárias e segue as normas legais, LOA e Lei Federal 4320/64.

III – Voto

Em estudo a presente matéria, vi que a mesma tem como objetivo permitir a aplicação de recursos fruto de excesso de arrecadação, no valor de 147.733,02 (cento e quarenta e sete mil, setecentos e trinta e três reais e dois centavos) que serão destinados para a reparação e melhoria na iluminação pública.

As alterações orçamentárias são necessárias e não trazem nenhum prejuízo financeiro,

A matéria está de acordo com as leis específicas, Lei Federal 4.320/64 e LOA, portanto sou de parecer favorável.



ESTADO DE RONDÔNIA
MUNICÍPIO DE MIRANTE DA SERRA
PALÁCIO EDIR LOPES DE FARIAS
PLENÁRIO EDUARDO VALVERDE

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 2024.

HILTON EMERICK DE PAIVA

RELATOR

Parecer da Comissão

A matéria acima mencionada, tem como objetivo abrir crédito adicional suplementar, e segue as normas disposto na Lei 4.320/64 e LOA.

As alterações são necessárias para suplementar o orçamento pelo excesso de arrecadação no valor que anteriormente não era previsto.

As alterações não trazem prejuízos financeiros e nem orçamentário, assim somos de parecer favorável pela aprovação.

Sala das Comissões, em 19 de setembro de 2024.

CRISTIANO CORREA DA SILVA

PRESIDENTE

HILTON EMERICK DE PAIVA

RELATOR

LUIZ BARBOSA DOS SANTOS

MEMBRO